

**ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE PORTUGUESA  
DE BENEFICÊNCIA.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.**



## ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

### CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 - Demonstrações dos resultados abrangentes

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio social

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da  
Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência.  
Campinas - SP

### Opinião

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência. ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

### Ênfases

---

#### Ressarcimento ao SUS

Conforme nota explicativa nº 8 (i), de acordo com a Administração, existem valores pagos a título parcelamentos de ressarcimento ao SUS, que foram reconhecidos como adiantamento, uma vez que a ANS não reconheceu esses pagamentos em seu sistema. O reconhecimento desses pagamentos no resultado, ocorrerá quando a ANS efetuar a atualização dos valores em seu site.

#### Antecipações de produções médicas

Conforme nota explicativa nº 08 (ii), a "Associação" efetuou antecipações de produções médicas à Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (hospital credenciado), no montante de R\$10.020.224. De acordo com a Administração da "Associação", este saldo será compensado com produções médicas futuras.

A realização deste ativo, depende exclusivamente do cumprimento do acordo que será firmado entre as partes.

#### Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras (TAOEF)

Conforme nota explicativa nº 25 (Garantias financeiras e TAOEF), em agosto de 2016 a Associação aderiu ao Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras (TAOEF), que entre outras disposições, define itens dos quais a Associação deverá cumprir para sanar anormalidades identificadas em exercícios anteriores. Entre as anormalidades que ensejaram o referido termo, estão a não realização de garantias financeiras e indicadores econômicos e financeiros mínimos, definidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O término do prazo para cumprimento do “TAOEF” foi em agosto de 2018. Contudo, a pedido da “Associação”, este prazo foi prorrogado até 31 de agosto de 2019, conforme ofício nº74/2018, emitido pela ANS.

Em 31 de dezembro de 2019, as anomalias destacadas no TAOEF foram sanadas pela “Associação”. Contudo, o encerramento do mesmo, dependerá de análise e aprovação pela ANS.

#### Impacto do Corona Vírus (COVID-19) sobre as demonstrações financeiras

Diante do cenário atual em relação ao “novo corona vírus”, haja vista a possibilidade real de impactos sobre os resultados do ano corrente, a Administração não conseguiu estimar esses impactos, principalmente em relação ao possível aumento sobre os Eventos Indenizáveis Líquidos (Custo / Sinistralidade).

#### Base para opinião

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Auditoria de valores correspondentes ao exercício anterior

---

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas e o relatório de auditoria foi emitido e datado de 18 de março de 2019, com ênfase sobre o TAOEF e insuficiência de margem de solvência.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

---

A administração da Associação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 17 de março de 2020.

Evolução Auditores Independentes S.S Ilimitada  
CVM nº 12.602  
CRC 2SP027695/O-7

Alexandre Ferretti Reginaldo  
Sócio-contador  
CRC 1SP254620/O-0

## QUADRO 1

## Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência (ASPB)

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em reais)

ATIVO	nota	2019	2018	PASSIVO	nota	2019	2018
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>70.988.259</b>	<b>37.588.932</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>36.168.690</b>	<b>29.421.865</b>
Disponível	5	194.236	42.431	Provisões Técnicas de Operações de Assistência a Saúde	12	19.247.407	18.257.878
Realizável				Provisão de contraprestações não ganhas (PPCNG)	12 (i)	1.255.329	450.356
Aplicações Financeiras	6	46.282.898	19.637.362	Provisão de eventos a liquidar	12 (ii)	9.241.120	8.550.506
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		16.147.347	15.433.344	Provisão de eventos a liquidar com o SUS	12 (iii)	4.250.089	3.878.022
Aplicações livres		30.135.551	4.204.018	Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	12 (iv)	4.500.869	5.378.994
Créditos de Operações com Planos de Assistência a Saúde	7	16.484.823	9.462.633	Debitos de operações de assistência a saúde	13	1.852.039	1.276.583
Contraprestações Pecuniárias a Receber	-	16.484.050	9.461.808	Contraprestações a restituir		72.582	42.034
Outros Créditos de Op. com Planos de Assistência a Saúde	-	773	825	Comercialização sobre operações		947.137	335.335
Creditos Tributários e Previdenciários	-	311.452	1.308	Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		832.320	899.214
Bens e Títulos a Receber	8	7.714.850	8.445.198	Tributos e contribuições a recolher		2.239.520	2.357.581
				Outros tributos e contribuições a recolher	14	2.239.520	2.357.581
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>31.232.697</b>	<b>17.196.550</b>	Empréstimos e financiamentos a pagar	15	11.255.784	6.993.857
Realizável a Longo Prazo	-	24.051.583	8.785.205	Débitos diversos	16	1.573.940	535.966
Depósitos judiciais	9	9.330.770	8.584.511	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.953.679</b>	<b>10.781.422</b>
Creditos Tributários e Previdenciários	-	200.694	200.694	Provisão de eventos a liquidar com o SUS	-	336.216	900.657
Bens e Títulos a receber	8	14.520.119	-	Outros tributos e contribuições a recolher	-	552.802	7.644.873
Investimentos		778.318	702.918	Provisões de Ações Judiciais	17	297.736	280.260
Imobilizado	10	3.907.651	2.813.282	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	1.766.925	1.955.632
Imóveis de Uso Próprio - Não Hospitalares	-	2.200.000	2.200.000	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>63.098.587</b>	<b>14.582.195</b>
Bens Móveis - Não Hospitalares	-	1.707.651	613.282	Patrimonio social	18	17.403.323	903.323
Intangível	11	2.495.145	4.895.145	AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	-	101.627	101.627
				Superávit acumulado	-	45.593.637	13.577.245
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>102.220.956</b>	<b>54.785.482</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>102.220.956</b>	<b>54.785.482</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência (ASPB)

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

(Valores expressos em reais)

	nota	2019	2018
<b>Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde</b>		<b>261.465.897</b>	<b>233.400.752</b>
Contraprestações Líquidas	-	261.465.897	233.400.752
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	-	-	-
<b>Eventos indenizáveis líquidos</b>		<b>(196.061.879)</b>	<b>(181.652.466)</b>
Eventos Conhecidos e Avisados	19.1	(197.132.379)	(180.479.931)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	-	1.070.500	(1.172.535)
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>65.404.018</b>	<b>51.748.286</b>
<b>Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde</b>		<b>12.715.606</b>	<b>541.321</b>
<b>Receitas Oper. De Assist. à Saúde Não Relac. Com Planos de Saúde da Operadora</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	-	-	-
<b>Outras Despesas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde</b>		<b>(4.553.782)</b>	<b>(6.389.829)</b>
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	20	(2.716.375)	(6.300.182)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	-	(1.837.407)	(89.647)
<b>Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora</b>		<b>(424.597)</b>	<b>(71.724)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>73.141.245</b>	<b>45.828.054</b>
<b>Despesas de Comercialização</b>		<b>(15.152.063)</b>	<b>(12.774.924)</b>
<b>Despesas Administrativas</b>		<b>(37.682.973)</b>	<b>(27.898.946)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>		<b>3.301.399</b>	<b>1.474.410</b>
Receitas Financeiras	22	10.461.242	5.868.738
Despesas Financeiras	23	(7.159.843)	(4.394.328)
<b>Resultado Patrimonial</b>		<b>8.408.784</b>	<b>2.112.745</b>
Receitas Patrimoniais	-	8.408.784	2.112.745
Despesas Patrimoniais	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>32.016.392</b>	<b>8.741.339</b>
<b>Imposto de Renda</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Contribuição Social</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Participações no Resultado</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DEPOIS DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>32.016.392</b>	<b>8.741.339</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



QUADRO 3

Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência (ASPB)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.  
(Valores expressos em reais)

	2019	2018
Superávit (déficit) líquido do exercício	32.016.392	8.741.339
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	32.016.392	8.741.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência (ASPB)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.  
 (Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Aumentamento para aumento de patrimônio social	Superávits acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	903.323	101.627	4.835.906	5.840.856
Déficit do exercício	-	-	8.741.339	8.741.339
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	903.323	101.627	13.577.245	14.582.195
Aporte de fundo social	16.500.000			16.500.000
Superávit do exercício	-	-	32.016.392	32.016.392
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	17.403.323	101.627	45.593.637	63.098.587

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## QUADRO 6

## Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência (ASPB)

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

## PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (método direto)

(Valores expressos em reais)

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS	(3.249.834)	(1.906.551)
Recebimentos de Plano Saúde (+)	249.877.648	216.177.385
Resgate de Aplicações Financeiras (+)	-	-
Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras (+)	-	-
Outros Recebimentos Operacionais (+)	-	4.564.148
Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde (-)	(181.316.283)	(170.343.610)
Pagamentos de Comissões (-)	(13.791.930)	(13.736.714)
Pagamentos de Pessoal (-)	(44.382)	-
Pagamentos de Pró-Labore (-)	-	-
Pagamentos de Serviços Terceiros (-)	(9.129.583)	(8.611.904)
Pagamentos de Tributos (-)	(18.933.382)	(16.124.796)
Pagamentos de Processos Judiciais (-) (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	-	(29.435)
Pagamentos de Aluguel (-)	(294.633)	(219.771)
Pagamentos de Promoção/Publicidade (-)	(1.203.927)	(1.140.959)
Aplicações Financeiras (-)	-	-
Outros Pagamentos Operacionais (-)	(28.413.363)	(12.440.897)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(482.959)	(24.737)
Recebimentos de Venda de Ativo Imobilizado - Hospitalar (+)	-	-
Recebimentos de Venda de Ativo Imobilizado - Outros (+)	-	-
Recebimentos de Venda de Investimentos (+)	-	-
Recebimentos de Dividendos (+)	-	-
Outros Recebimentos das Atividades de Investimento (+)	-	-
Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar (-)	(80.487)	-
Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros (-)	(402.472)	(8.023)
Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível (-)	-	-
Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas (-)	-	(16.714)
Outros Pagamentos das Atividade de Investimento (-)	-	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	3.927.030	1.818.145
Integralização Capital em Dinheiro (+)	-	-
Recebimento Empréstimos/Financiamentos (+)	26.653.499	20.204.886
Títulos Descontados (+)	-	-
Outros Recebimentos das Atividades de Financiamento (+)	32.989.372	-
Pagamentos de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing (-)	(1.271.048)	(1.366.515)
Pagamentos de Amortização de Empréstimos/Financiamentos/Leasing (-)	(53.336.292)	(16.763.902)
Pagamento de Participação nos Resultados (-)	-	-
Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento (-)	(1.108.501)	(256.324)
CAIXA LIQUÍDO	194.236	(113.144)
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (disponível e aplicação financeira)	194.236	(113.144)
Caixa e equivalentes de caixa (disponível e aplicação financeira), no início do exercício	42.431	155.575
Caixa e equivalentes de caixa (disponível e aplicação financeira), no final do exercício	194.236	42.431

## ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.  
(Valores expressos em reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência doravante “Associação” ou “Entidade”, é uma associação civil, sem fins lucrativos, constituída em assembleia geral em 27 de abril de 2010, com registro na ANS (Agencia Nacional de Saúde Suplementar) sob nº 41753-0. A Entidade tem por objetivo a operação de Planos Privados de Assistência a Saúde, individuais, familiares e coletivos, através da garantia de cobertura de custos de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial, dos integrantes dos citados Planos de Saúde por ela disponibilizados, mediante, exclusivamente, o credenciamento de terceiros, técnica e legalmente habilitados, para o exercício de atividades na área da saúde. Sua área de ação e comercialização abrange o município de Campinas e Região, onde está localizada sua sede administrativa. Por se tratar se entidade associativa e com caráter assistencial, goza de privilégios tributários constitucionais e legais para a espécie.

A Companhia assinou Termo de Assunção de Obrigações Econômico e Financeiras (“TAOEF”) aprovado pela Agencia Nacional de Saúde Suplementar (ANS), conforme processo nº 33902.024721/2011-61, ofício nº 1159/2016 de 05 de setembro de 2016, por prazo de 24 meses, encerrando-se em agosto de 2018. Conforme ofício nº 74/2018 emitido pela ANS, o prazo para cumprimento do TAOEF foi prorrogado para 31 de agosto de 2019.

### 2. AMBIENTE REGULATÓRIO

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Associação está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

### 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aos pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, no que não contrariem as regulamentações estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Com base nas disposições contidas na lei nº 6.404/76 - lei das sociedades anônimas e alterações promovidas pela lei nº 11.638/07 e 11.941/09. A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão apresentado pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 17 de março de 2019.

### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

#### 4.1 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A moeda funcional e de apresentação da Entidade é o real (R\$).

#### 4.2 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Entidade. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem, quando aplicável: i) a determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; ii) a estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário; iii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; iv) Provisões para passivos contingentes e v) PEONA - Provisão para eventos ocorridos e não avisados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

#### 4.3 RESULTADO

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

#### 4.4 ATIVOS CIRCULANTES

##### a) Disponível

São representados por dinheiro em caixa e saldos em conta corrente (bancos), registrados pelos valores de custo até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras para negociação e disponíveis para venda são avaliadas a valor de mercado, e os rendimentos auferidos são reconhecidos no resultado. A Entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras para lastrear as provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

c) Créditos de Operações com Planos de Saúde

Representam valores a receber relacionados às mensalidades de planos de saúde comercializados até o final do exercício. São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal, em contrapartida a conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde. As contraprestações e prêmios das operações de planos de assistência à saúde na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no último dia do mês, considerando-se o período de cobertura do risco.

Uma provisão para perdas sobre créditos é apresentada como redução das contas a receber de clientes e é constituída para fazer face às eventuais perdas na não realização das contas a receber. Nos planos individuais, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato a mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada; e para os demais planos em havendo pelo menos uma parcela vencida a mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada.

d) Bens e títulos a receber

Essa conta é constituída, basicamente, por antecipação a fornecedores.

#### 4.5 ATIVOS NÃO CIRCULANTES

##### e) Imobilizado

Registrado ao valor do custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

##### f) Intangível

Essa conta é constituída, basicamente, pelos valores de aquisição de carteira de cliente; e direitos de uso do *software*, ambos líquidos de amortização. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento de seu reconhecimento inicial e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada ou perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

##### g) Avaliação do valor recuperável de ativos (TESTE DE IMPAIRMENT).

O parágrafo 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, modificado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, determina que a Entidade deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para a recuperação desse valor (*impairment*) e revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

A Entidade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil ao valor líquido recuperável.

#### 4.6 DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os demais ativos são registrados pelos seus valores de aquisição e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

#### 4.7 PASSIVOS CIRCULANTES

##### 4.7.1 Provisões técnicas com operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram integralmente constituídas pela OPS de acordo com as normas da ANS. Os eventos a liquidar são registrados com base nas faturas de prestadores de serviços recebidas, em contrapartida às contas de resultado de eventos indenizáveis líquidos e no caso de ressarcimento ao SUS no momento do recebimento do ABI - Aviso de Beneficiário Identificado. São considerados suficientes para fazer face aos compromissos futuros.

##### 4.7.2 PEONA (Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados)

Em 2015 a Associação calculava a PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados com base na metodologia de cálculo determinada pela ANS - RN 209/09 (art. 3º) e alterações posteriores.

A partir do ano de 2016 a Associação passou a utilizar metodologia de cálculo para PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados própria, por meio de nota técnica atuarial, apresentando um montante no exercício de 2019 a constituir de R\$ 4.500.869

##### 4.7.3 PPCNG (Provisão para Contraprestações Não Ganhas)

Definida pela RN 314/12, caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora referente a cobertura do risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, sendo baixado a crédito da Receita de Contraprestação à medida que decorre o período de cobertura contratual.

#### 4.8 DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.



#### 4.9 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Entidade elaborou os fluxos de caixa pelo método direto de acordo com a Resolução Normativa ANS nº 290/12 e suas alterações. Desta forma, o fluxo de caixa apresentado em conjunto com as demais demonstrações financeiras, foi elaborado pelo método indireto, de acordo com a NBC T 3.8 e CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa, aprovado pela resolução CFC nº 1.303/2010.

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de ingressos e receitas na Entidade e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimentos: são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulante e outros investimentos não incluídos em atividades operacionais e de financiamentos.
- Atividades de financiamentos: são as atividades que tem como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos e pagos pela entidade.

#### 5. DISPONIVEL

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	11.041	4.405
Bancos	<u>183.195</u>	<u>38.026</u>
	<u>194.236</u>	<u>42.431</u>

#### 6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco do Brasil Fundo dedicado à ANS - PEONA ( i )	16.147.347	15.433.344
Aplicações CDB	30.135.551	4.204.018
Aplicações compromissadas	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>46.282.898</u>	<u>19.637.362</u>

- (i) A Entidade investe em um fundo dedicado a receber recursos de operadoras de planos de saúde, devidamente registradas na ANS, com o objetivo de manter ativos garantidores vinculados a provisões técnicas.

## 7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

	2019	2018
Mensalidade a receber	11.261.003	9.278.474
( - ) Provisão para Perdas Sobre Créditos (mensalidades)	(2.555.328)	(2.551.586)
Faturas a receber	9.649.386	4.587.495
( - ) Provisão para Perdas Sobre Créditos (faturas)	(1.870.238)	(1.851.750)
	<u>16.484.823</u>	<u>9.462.633</u>

## 8. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2019	2018
Pagamento de parcelamento não diferido pela ANS (i)	5.189.349	-
Confissão de dívida - rede credenciada (ii)	2.004.045	8.438.798
Adiantamentos a fornecedores	517.950	-
Outros títulos a receber	3.506	6.400
	<u>7.714.850</u>	<u>8.445.198</u>
Circulante	7.714.850	8.445.198
Confissão de dívida - rede credenciada (ii)	8.016.179	-
Venda de carteira para empresa de cobrança (iii)	6.503.940	-
	<u>14.520.119</u>	<u>-</u>
Não circulante	14.520.119	-

- (i) Refere-se ao valores pagos a título de ressarcimento ao SUS, ainda não contemplados nos valores de contabilização disponibilizado no site da ANS (a variação da despesa em 31/12/2018 e 31/12/2019 é negativa de acordo com o site da ANS).
- (ii) Refere-se a adiantamentos de produção médica junto à rede credenciada. A Operadora efetuou parcelamento junto ao hospital, reclassificando para o ativo não circulante os valores relativos as parcelas com vencimento a partir de 2021.
- (iii) Refere-se a venda de direitos creditórios oriundos de contratos de assistência à saúde cancelados por inadimplência com a respectiva realização em 92 parcelas. O valor da venda da carteira conforme contrato pactuado com a empresa JRN Assumpção Cobranças Ltda (Grupo Cob) considerando o deságio de 20%, totaliza R\$ 5.335.758,52.

## 9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Refere-se a integralmente a depósitos judiciais realizados para contestação de valores devidos de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cuja discussão consiste no cálculo sobre as contraprestações, deduzidas dos custos assistenciais.

## 10. IMOBILIZADO

Descrição	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			2019	2018
Imóveis de uso	2.200.000	(513.335)	1.686.665	1.774.665
Móveis e utensílios não hospitalares	155.820	(82.148)	73.672	88.251
Móveis e utensílios	112.183	-	112.183	17.932
Equipamentos de informática	1.384.788	(522.204)	862.584	347.781
Maquinas e equipamentos	1.554.916	(382.369)	1.172.547	584.653
	<u>5.407.707</u>	<u>(1.500.056)</u>	<u>3.907.651</u>	<u>2.813.282</u>

### Mapa de movimentação do imobilizado

Custos	2018			2019
	Final	Adições	Baixas	Final
Imóveis de uso	2.200.000	-	-	2.200.000
Móveis e utensílios não hospitalares	155.820	-	-	155.820
Móveis e utensílios	17.932	94.251	-	112.183
Equipamentos de informática	668.339	716.449	-	1.384.788
Maquinas e equipamentos	846.453	708.463	-	1.554.916
	<u>3.888.544</u>	<u>1.519.163</u>	<u>-</u>	<u>5.407.707</u>
Depreciação acumulada				
Imóveis de uso	(425.335)	(88.000)	-	(513.335)
Móveis e utensílios não hospitalares	(67.569)	(14.579)	-	(82.148)
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Equipamentos de informática	(320.558)	(201.646)	-	(522.204)
Maquinas e equipamentos	(261.800)	(120.569)	-	(382.369)
	<u>(1.075.262)</u>	<u>(424.794)</u>	<u>-</u>	<u>(1.500.056)</u>
Imobilizado líquido	<u>2.813.282</u>	<u>1.094.369</u>	<u>-</u>	<u>3.907.651</u>

## 11. INTANGIVEL

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
			2019	2018
Aquisição de carteira de plano de assistência à saúde	33.000.000	(30.600.000)	2.400.000	4.800.000
Direitos de uso de software	95.145	-	95.145	95.145
	<u>33.095.145</u>	<u>(30.600.000)</u>	<u>2.495.145</u>	<u>4.895.145</u>

## 12. PROVISÕES TÉCNICAS

	2019	2018
Provisão de contraprestações não ganhas (PPCNG)	1.255.329	450.356
Provisão de eventos a liquidar	9.241.120	8.550.506
Provisão de eventos a liquidar com o SUS	4.250.089	3.878.022
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	4.500.869	5.378.994
	<u>19.247.407</u>	<u>18.257.878</u>

### i) Provisão Para Contraprestações Não Ganhas

Definida pela RN 314/12, a PPCNG é constituída diariamente, a partir do início de vigência ou emissão do faturamento, o que ocorrer primeiro, e revertida mensalmente, no último dia de cada mês, com relação ao risco decorrido, para registrar a receita de contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil.

### ii) Provisão de Eventos a Liquidar

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. RN ANS nº 209/09 determinou a constituição desta provisão a partir de 1 de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança às operadoras.

### iii) Provisão para Eventos a Liquidar com o SUS

A Entidade registra nessa rubrica eventos referentes a ressarcimento de despesas médicas ao SUS.

### iv) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados

Regulamentado pelo art. 16 da RN 209 da ANS, alterado pela RN 274, representa os eventos ocorridos, porém não avisados à operadora, cujo valor deve ser baseado em (i) cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS, ou (ii) na ausência de nota técnica aprovada pela ANS, utilizar 8,5% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses ou 12% dos eventos indenizáveis conhecidos, dos dois o maior. Destacamos que a exigibilidade de provisão contábil se iniciou em janeiro de 2008.

### 13. DEBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTENCIA À SAÚDE

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores de materiais e medicamentos	831.370	899.214
Comissões a pagar	947.137	335.335
Contraprestações - recebimento antecipado	<u>73.532</u>	<u>42.034</u>
	<u>1.852.039</u>	<u>1.276.583</u>

### 14. OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
ISSQN retido sobre produção médica	802.344	717.161
ISSQN a recolher	598.868	-
Contribuições retidas - produção médica	425.928	398.556
IRRF	173.504	172.049
Parcelamento ISS	138.200	997.157
ISSQN retido de terceiros	92.457	69.618
INSS retido	6.448	3.040
INSS sobre a folha a recolher	<u>1.771</u>	<u>-</u>
	<u>2.239.520</u>	<u>2.357.581</u>

## 15. EMPRÉSTIMOS

Contrato	Modalidade	Taxa juros a.m.	Taxa juros a.a.	Data de Início	Data Final	Qtde de Parcelas	Valor	Circulante	Não circulante	2018
2015100373	UNI INFRAESTRTURA - POS LIB VARIAVEL	0,50%	6,17%	30/11/2015	30/10/2020	60	862.661	199.360	171.671	371.031
2016100508	UNIWORK CAPITAL DE GIRO - LONGO PRAZO	1,20%	15,39%	26/01/2018	28/02/2027	120	1.500.000	168.809	1.229.495	1.398.304
2016100339	UNIWORK CAPITAL DE GIRO - LONGO PRAZO	1,20%	15,39%	26/01/2018	30/09/2021	60	1.300.000	309.470	554.466	863.936
2017250413	CONTA GARANTIDA	0,70%	8,73%	30/08/2017	*	*	2.000.000	1.763.350	-	1.763.350
2018100270	UNIWORK ROTATIVO	1,89%	25,19%	28/09/2018	30/10/2019	60	6.000.000	4.520.685	-	4.520.685
00A0023118	ARRENDAMENTO MERCANTIL	1,99%	23,89%	25/03/2016	25/02/2019	36	423.668	32.183	-	32.183
								<b>6.993.857</b>	<b>1.955.632</b>	<b>8.949.489</b>

Contrato	Modalidade	Taxa juros a.m.	Taxa juros a.a.	Data de Início	Data Final	Qtde de Parcelas	Valor	Circulante	Não circulante	2019
2015100373	UNI INFRAESTRTURA - POS LIB VARIAVEL	0,50%	6,17%	30/11/2015	30/10/2020	60	862.661	171.758	-	171.758
2016100508	UNIWORK CAPITAL DE GIRO - LONGO PRAZO	1,20%	15,39%	26/01/2018	28/02/2027	120	1.500.000	175.070	1.079.597	1.254.667
2016100339	UNIWORK CAPITAL DE GIRO - LONGO PRAZO	1,20%	15,39%	26/01/2018	30/09/2021	60	1.300.000	330.636	247.977	578.613
2017250413	CONTA GARANTIDA	0,70%	8,73%	30/08/2017	*	*	2.000.000	3.996.613	-	3.996.613
2019100587	UNIWORK ROTATIVO	1,89%	25,19%	16/12/2019	17/11/2020	11	6.000.000	6.005.603	-	6.005.603
00A0028123	ARRENDAMENTO MERCANTIL	1,89%	22,68%	16/12/2019	16/12/2023	48	862.802	215.700	439.351	655.051
	CONTA GARANTIDA	8,00%	151,82%	*	*	*	*	360.404	-	360.404
								<b>11.255.784</b>	<b>1.766.925</b>	<b>13.022.709</b>

## 16. DÉBITOS DIVERSOS

	2019	2018
Nota crédito	719.857	-
Fornecedores e prestadores de serviços	710.159	452.601
Outros debitos	128.032	70.743
Depósitos não identificados	13.600	956
Reembolso mensalidade	2.292	11.666
	<b>1.573.940</b>	<b>535.966</b>

## 17. PROVISÕES JUDICIAIS - CONTINGÊNCIAS

	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Remota
Administrativo (ANS)	76.800	25.000	1.073.200
Contingências cíveis	79.446	2.379.674	202.147
	<b>156.246</b>	<b>2.404.674</b>	<b>1.275.347</b>
Valor provisionado	297.736		
Suficiência de provisão	141.490		

## 18. PATRIMONIO SOCIAL

Conforme estabelecido em ata da administração com a data de 01 de agosto de 2019, a Real Sociedade Portuguesa de Beneficência é uma associada da Associação de Saúde Beneficência Portuguesa, que em conformidade com as disposições estatutárias artigo 30, alíneas "b", "c" e "d", recebeu da Real Sociedade Beneficência o aporte de Fundo Social no montante de R\$ 16.500.000,00, cujo aumento foi refletido no patrimônio social da Associação e nas aplicações financeiras livres da Operadora, com a finalidade de contribuir para o complemento da Margem de Solvência, obrigação regulatória instituída pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - Lei 9656/98.

## 19. EVENTOS CONHECIDOS E AVISADOS - CUSTOS

### 19.1 - EVENTOS CONHECIDOS E AVISADOS - CUSTOS

Os eventos conhecidos e avisados representam o custo da operadora em relação aos serviços utilizados pelos beneficiários.

	2019	2018
Honorários médicos	(91.986.854)	(79.846.039)
Terapias	(60.374.198)	(64.443.216)
Exames	(44.707.275)	(33.223.585)
Demais despesas assistenciais	(64.052)	(7.091)
Ressarcimento ao SUS	-	(2.960.000)
	<u>(197.132.379)</u>	<u>(180.479.931)</u>

## 19.2 - EVENTOS MÉDICOS HOSPITALARES

Quadro auxiliar de eventos médicos hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar, conforme determinação da ANS - RN nº 344/2014.

A distribuição dos saldos do quadro de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do documento de Informações Periódicas - DIOPS do 4º. Trimestre de 2016 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE no. 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Demais despesas	TOTAL
Rede própria	-	-	-	-	-	-
Rede contratada	91.541.776	45.151.698	1.144.346	59.229.853	64.707	197.132.379
Reembolso	-	-	-	-	-	-
Intercâmbio	-	-	-	-	-	-
Eventual	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento ao SUS	-	-	-	-	-	-
	<u>91.541.776</u>	<u>45.151.698</u>	<u>1.144.346</u>	<u>59.229.853</u>	<u>64.707</u>	<u>197.132.379</u>

## 20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS DE PLANOS DE ASSISTENCIA À SAÚDE

	2019	2018
Venda de títulos vencidos para empresa de cobrança (i)	6.669.698	-
Reversão de PPSC (ii)	3.024.026	-
Outras receitas de planos de assistência à saúde (iii)	3.021.882	541.321
	<u>12.715.606</u>	<u>541.321</u>

- (i) Refere-se a venda de direitos creditórios oriundos de contratos de assistência à saúde cancelados por inadimplência, em cobrança a mais de 12 meses, para a empresa de cobrança, com deságio de 20%, a liquidar em 92 parcelas.



- (ii) Reversão de valores lançados a maior da PPSC em exercícios anteriores.
- (iii) Receitas oriundas de multas contratuais, segunda via de carteirinha.

## 21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Direitos de imagem	(9.256.852)	(8.224.307)
Outras despesas	(137.854)	(164.225)
Baixa de adiantamentos a fornecedores	(4.511.145)	-
Serviços PJ	(4.131.401)	(5.804.489)
Honorários e consultoria	(9.742.043)	(2.646.633)
Amortização de carteira de clientes	(2.400.000)	(2.400.000)
ISSQN	(2.174.439)	(499.627)
Publicidade e propaganda	(1.227.816)	(1.182.767)
PPSC (perda de clientes)	(972.976)	(3.427.608)
Depreciação	(436.812)	(319.286)
Taxa de saúde suplementar	(347.711)	(498.120)
Materiais de escritório	(301.444)	(315.871)
Manutenção e reparos	(300.074)	(193.012)
Vigilância	(294.277)	(296.124)
Aluguel	(278.055)	(148.092)
INSS autonomo	(233.696)	(298.927)
Refeições	(207.240)	(155.975)
Telefones e correios	(142.932)	(106.440)
Acordos civeis	(135.639)	(3.250)
Despesas Judiciais	(129.527)	(19.591)
Agua, luz e gas	(79.474)	(63.544)
Transportes	(59.136)	(67.064)
Contribuições assistenciais	(56.467)	(57.065)
IPTU	(50.852)	(43.775)
Salários	(50.271)	(49.034)
Multas	(13.209)	(14.410)
Legais	(7.956)	(4.959)
IRRF sobre aplicações financeiras	(3.672)	(198.485)
Outras perdas	-	(624.266)
Patrocínio	-	(72.000)
	(37.682.973)	(27.898.946)

## 22. RECEITAS FINANCEIRAS

	2019	2018
Reversão de ISSQN (i)	5.981.410	-
Rendimentos aplicações financeiras	1.629.589	1.003.437
Juros recebidos	1.428.618	1.706.339
Descontos obtidos	1.419.399	1.597.047
Atualização de depósitos judiciais	2.226	1.561.915
	<u>10.461.242</u>	<u>5.868.738</u>

## 23. DESPESAS FINANCEIRAS

	2019	2018
Juros sobre empréstimos	(1.936.896)	(1.622.395)
Descontos concedidos	(3.042.605)	(1.468.069)
Tarifa bancária	(792.847)	(653.482)
Juros sobre tributos	(757.270)	(268.695)
IOF	(335.624)	(167.607)
Juros e multa	(294.601)	(214.080)
	<u>(7.159.843)</u>	<u>(4.394.328)</u>

## 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

As transações financeiras efetuadas pela Entidade, são pertinentes às suas atividades econômicas e estão relacionadas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar com vencimento de curto prazo, empréstimos, financiamentos de cunho operacional.

Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado. A Entidade não possui e, também não efetuou, operações com derivativos financeiros nem com outros ativos financeiros de risco.

## 25. GARANTIAS FINANCEIRAS E TAOEF

Em agosto de 2016 a Companhia aderiu ao Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras (“TAOEF”) junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) com o compromisso de corrigir as anormalidades apontadas no período de 24 meses. O término do prazo para cumprimento deste termo seria em agosto de 2018. Contudo, conforme ofício nº 74/2018, a ANS prorrogou o prazo do cumprimento do “TAOEF” até 31 de agosto de 2019.

A Associação constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras suficientes para lastrear provisões técnicas e de eventos a liquidar avisadas há mais de 60 dias, cujas movimentações seguem regras estabelecidas pela ANS.

## 26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até o encerramento das demonstrações financeiras, não houveram eventos subsequentes que devam ser ajustados ou mencionados em notas explicativas.

## 27. CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL COM O RESULTADO LÍQUIDO

Conciliação do Fluxo de Caixa Operacional com o resultado líquido

	2019	2018
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais Resultado Líquido	32.016.392	8.741.339
Depreciações	436.812	319.286
Amortizações	2.400.000	2.400.000
Provisões Técnicas - PEONA	(878.125)	1.172.535
Provisões para Contingências Tributárias	(8.287.994)	(993.000)
Provisões para Perdas sobre Créditos - PPSC	(14.268.798)	2.315.397
Resultado Líquido Ajustado	11.418.287	13.955.557
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	(18.073.577)	(13.781.103)
Aplicações Financeiras	(10.702.910)	(7.180.703)
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde (exceto PPSC)	(7.044.612)	(709.392)
Créditos Tributários e Previdenciários	(310.144)	(1.308)
Bens e Títulos a Receber	727.453	(2.513.019)
Despesas Antecipadas	2.895	1.740
Depósitos Judiciais e Fiscais	(746.259)	(3.378.421)
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	3.363.024	(2.081.007)
Fornecedores	1.867.654	783.850
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	(118.061)	(738.244)
Débitos Diversos	1.613.431	(2.126.613)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais (Método indireto)	(3.292.265)	(1.906.551)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais (Método Direto)	(3.292.265)	(1.906.551)

\* \* \*